

24/05/2011

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 100.989 SERGIPE

RELATOR : MIN. LUIZ FUX
PACTE.(S) : PABLO FIGUEIRÊDO DE VASCONCELOS
IMPTE.(S) : EVÂNIO JOSÉ DE MOURA SANTOS
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO (CP, ART. 121, § 2º, I E IV) E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO (LEI N. 10.826/2003, ART. 14). MULTIPLICIDADE DE RECURSOS DA DEFESA (RECURSO EM SENTIDO ESTRITO, EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E EMBARGOS INFRINGENTES). SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. APELO EM LIBERDADE. NECESSIDADE DE, SE O CASO, ANALISAR EVENTUAIS FUNDAMENTOS AGREGADOS AO NOVO TÍTULO DE PRISÃO CAUTELAR – A SENTENÇA. HABEAS CORPUS PREJUDICADO.

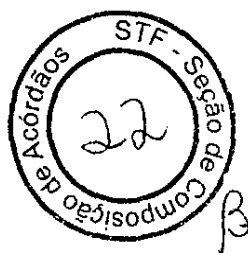
1. O excesso de prazo do *iter* recursal resta prejudicado pela superveniente prolação da sentença condenatória, em face da impossibilidade de aferir os fundamentos nela eventualmente agregados para justificar a manutenção da prisão cautelar. Precedentes: HC 90025/SP, Rel. Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, DJe de 24/10/2008; HC 90407/MG, Rel. Min. Carlos Britto, Primeira Turma, DJe de 11/04/2008, e HC 69448/MS, Rel. Min. Celso de Mello, Primeira Turma, DJ de 17/11/2006, entre outros.

2. In casu:

a) o paciente foi denunciado pela prática de homicídio duplamente qualificado contra sua ex-companheira e pelo porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, crimes tipificados, respectivamente, no art. 121, § 2º, incisos I e IV do Código Penal, e no art. 14 da Lei n. 10.826/2003;

b) teve a prisão preventiva decretada em 19/04/2007 e efetivada no dia seguinte;

c) a custódia cautelar foi renovada na sentença de pronúncia, em 12/02/2008;



HC 100.989 / SE

d) a defesa interpôs recurso em sentido estrito em 12/02/2008, sobrevindo o desprovimento em 29/07/2008;

e) seguiram-se embargos de declaração e embargos infringentes opostos pela defesa, os primeiros julgados em 27/07/2009, os segundos pendentes de julgamento na data desta impetração;

f) sobreveio, em 01/09/2010, sentença condenatória (informação obtida no site do TJ/SE).

3. É que, via de regra, é garantido ao réu o direito de recorrer em liberdade (art. 387, p. u., CPP: "*O juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento da apelação que vier a ser interposta*"), só podendo ser imposta ou mantida prisão processual na sentença caso presentes os requisitos previstos no art. 312 do CPP.

4. Deveras, acaso o decreto condenatório padeça de vício, por eventualmente determinar prisão em desacordo com o ordenamento positivo, deverá ser atacado pela via própria, sob pena de supressão de instância.

5. *Habeas corpus* a que se julga prejudicado.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em julgar prejudicada a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do relator.

Brasília, 24 de maio de 2011.

Luiz Fux - Relator

Documento assinado digitalmente

24/05/2011

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 100.989 SERGIPE

RELATOR : MIN. LUIZ FUX
PACTE.(S) : PABLO FIGUEIRÊDO DE VASCONCELOS
IMPTE.(S) : EVÂNIO JOSÉ DE MOURA SANTOS
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado contra ato da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça consubstanciado em acórdão cuja ementa tem o seguinte teor (fl. 191):

"HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. PACIENTE PRONUNCIADO PELOS DELITOS DE HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO (ART. 121, § 2º, I E IV DO CPB, E ART. 14 DA LEI 10.826/03). PRISÃO CAUTELAR. EXCESSO DE PRAZO. PACIENTE CUSTODIADO DESDE 20.04.07. PRONÚNCIA. MANEJADOS RECURSO EM SENTIDO ESTRITO (DISTRIBUÍDO EM 02.04.07 E JULGADO EM 29.07.98) E EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM EFEITOS INFRINGENTES (DISTRIBUÍDO EM 06.08.08 E JULGADO EM 27.07.09). RAZOABILIDADE. PROSSEGUIMENTO DO FEITO PERANTE O JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. JULGAMENTO NO TRIBUNAL DO JÚRI. RECURSOS APRECIADOS EM TEMPO RAZOÁVEL. PARECER DO MPF PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM. ORDEM DENEGADA, COM RECOMENDAÇÃO AO JUÍZO CRIMINAL DE ORIGEM PARA URGENCIAR O JULGAMENTO DO PACIENTE PELO TRIBUNAL POPULAR DO JÚRI.

1. A alegação de excesso de prazo no julgamento dos Embargos Declaratórios está superada, porquanto pós consulta

HC 100.989 / SE

à página eletrônica do egrégio Tribunal de Justiça de Sergipe (www.tjse.jus.br), verifica-se a rejeição dos Embargos de Declaração (julgamento ocorrido em 27.07.09), com a devolução dos autos ao Juízo processante de origem, para prosseguimento do feito.

2. Mesmo que se constate inegável demora no julgamento do paciente – ainda que verificado em razão dos diversos recursos interpostos – e, por consequência, a manutenção de sua prisão preventiva, não se mostra razoável, no atual momento processual, em que será designado o julgamento perante o Tribunal do Júri, relaxar a prisão do paciente, embora essa longa tramitação processual não mereça abono.

3. Parecer do MPF pela denegação da ordem.

4. Ordem denegada, com recomendação ao Juízo Criminal de origem para urgenciar o julgamento do paciente pelo Tribunal Popular do Júri.”

Consta da denúncia que “no dia 13 de abril de 2007, por volta das 23 horas e 40 minutos, no interior da residência localizada na quadra 02, lotes 15, 16 e 17, Condomínio Atlantic Beach II, bairro mosqueteiro, nesta Capital [SE], o ora denunciado, fazendo uso de uma arma de fogo, efetuou um disparo, à curta distância, em face de Marley Dias Nascimento, sua ex-companheira, de apenas 23 anos de idade, vindo a atingir-lhe a cabeça, região masseterina esquerda, ocasionando assim fraturas em ossos da face esquerda e, conseqüentemente, o seu óbito, em decorrência de traumatismo crânio-encefálico, conforme testificaram o laudo de exame de corpo de delito (cadavérico) e certidão de óbitos, encartados às fls. [...]”.

O paciente teve a prisão preventiva decretada em 19/04/2007 e efetivada no dia seguinte.

O impetrante afirma que desde a data do cumprimento do mandado de prisão transcorreram 2 (dois) anos, 5 (cinco) meses e 15 (quinze) dias, sem qualquer previsão de quando será realizado o julgamento pelo

HC 100.989 / SE

Tribunal do Júri.

A decisão de pronúncia foi proferida em 12/02/2008, dela advindo recurso em sentido estrito, interposto em 18/02/2008, que restou desprovido em julgamento realizado em 27/07/2008.

Irresignada, a defesa opôs embargos de declaração, em 05/08/2008, com pedido de efeitos infringentes.

O impetrante alega que, apesar de os embargos declaratórios terem sido protocolados no dia 05/08/2008, o julgamento ocorreu somente em 27/06/2009. Isso em virtude de as contrarrazões do assistente da acusação terem sido apresentadas em 05/11/2008, de a Procuradoria de Justiça ter se manifestado em 11/12/2008, sobrevindo recesso forense que durou de 20/12/2008 a 06/01/2009, e da manifestação tardia do Ministério Público, uma vez que o Desembargador Relator percebeu que este órgão não havia sido pessoalmente intimado, determinando a realização do ato processual em 03/02/2009, advindo parecer ministerial em 03/03/2009.

Noticia que como “o recurso em sentido estrito fora, no tocante ao reconhecimento do princípio da consunção, improvido por maioria, a representação técnica do paciente manejara Embargos infringentes em 10.08.2009”, pendentes de julgamento.

Nesse ínterim, impetrou *habeas corpus* no Superior Tribunal de Justiça, sob a alegação de excesso de prazo da prisão cautelar, sem que a defesa tenha dado causa à demora no julgamento do paciente pelo Tribunal do Júri.

Daí a presente ação constitucional fundada na violação do princípio da razoável duração do processo, insculpido no artigo 5º, inciso LXXVIII da Constituição Federal¹.

¹ CF/88 – Art. 5º (omissis)

LXXXVIII – a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do

HC 100.989 / SE

O impetrante sustenta que a utilização regular da via recursal, tida no acórdão impugnado como causa do retardamento da instrução criminal, não pode servir de pretexto para responsabilizar a defesa pela demora, consoante precedentes desta Corte.

Requer a concessão de liminar, "*expedindo-se o competente Alvará de Soltura, concedendo-se o direito de vir e aguardar o julgamento dos Embargos Infringentes manejados em sede de Recurso em Sentido Estrito, bem como o *meritum causae* da Ação Penal a que responda em liberdade, comprometendo-se o beneficiário a comparecer a todos os atos processuais remanescentes perante o Juízo processante. No mérito, a concessão definitiva da ordem, "reconhecendo a existência de visível excesso de prazo na condução dos trabalhos processuais". (fl. 18).*

A liminar foi indeferida.

A PGR manifesta-se no sentido da denegação da ordem em parecer assim resumido:

"HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO. NÃO OCORRÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. *Eventual delonga no curso processual não implica necessariamente ilegalidade ou violação ao direito do acusado. In casu, a demora para o julgamento do paciente deve-se, pelo menos em parte, à interposição de diversos recursos pela defesa.*

2. *Os fundamentos que justificariam a segregação cautelar do acusado subsistem com o advento da sentença de pronúncia. A gravidade do delito, a periculosidade do réu – que matou a ex-companheira por ciúme –, e a necessidade de se garantir a ordem pública e a aplicação da lei penal*

processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

HC 100.989 / SE

recomendam e exigem a manutenção da custódia impugnada.

3. pela denegação da ordem."

Posteriormente à manifestação do Ministério Público, o Juízo processante prestou informações complementares (fls. 353/373) e o impetrante peticionou (fls. 346/351), requerendo o desentranhamento de petição do assistente de acusação, acompanhada de documentos (fls. 269/340).

Ante as informações suplementares e o pedido do impetrante, determinei o retorno dos autos ao Ministério Público Federal, que reiterou os termos do parecer anterior e se manifestou no sentido do desentranhamento da petição e dos documentos apresentados pelo assistente de acusação, na linha do precedente firmado no HC n. 80.022, Rel. Min. Celso de Mello, DJ de 16/03/00).

É o relatório.

24/05/2011**PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 100.989 SERGIPE****VOTO**

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO (CP, ART. 121, § 2º, I E IV)¹ E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO (LEI N. 10.826/2003, ART. 14)². MULTIPLICIDADE DE RECURSOS DA DEFESA (RECURSO EM SENTIDO ESTRITO, EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E EMBARGOS INFRINGENTES). SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. APELO EM LIBERDADE. NECESSIDADE DE, SE O CASO, ANALISAR EVENTUAIS FUNDAMENTOS AGREGADOS AO NOVO TÍTULO DE PRISÃO CAUTELAR

1 Art. 121. Matar alguém.

Pena – reclusão, de 6 (seis) a 20 (vinte) anos.

....

§ 2º. Se o homicídio é cometido:

I – mediante paga ou promessa ou por outro motivo torpe.

...

IV – à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou impossibilite a defesa do ofendido.

2 Art. 14. Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

HC 100.989 / SE**- A SENTENÇA. HABEAS CORPUS PREJUDICADO.**

1. O excesso de prazo do *iter* recursal resta prejudicado pela superveniente prolação da sentença condenatória, em face da impossibilidade de aferir os fundamentos nela eventualmente agregados para justificar a manutenção da prisão cautelar. Precedentes: HC 90025/SP, Rel. Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, DJe de 24/10/2008; HC 90407/MG, Rel. Min. Carlos Britto, Primeira Turma, DJe de 11/04/2008, e HC 69448/MS, Rel. Min. Celso de Mello, Primeira Turma, DJ de 17/11/2006, entre outros.

2. In casu:

- a) o paciente foi denunciado pela prática de homicídio duplamente qualificado contra sua ex-companheira e pelo porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, crimes tipificados, respectivamente, no art. 121, § 2º, incisos I e IV do Código Penal, e no art. 14 da Lei n. 10.826/2003;
- b) teve a prisão preventiva decretada em 19/04/2007 e efetivada no dia seguinte;
- c) a custódia cautelar foi renovada na sentença de pronúncia, em 12/02/2008;
- d) a defesa interpôs recurso em sentido estrito em 12/02/2008, sobrevindo o desprovimento em 29/07/2008;
- e) seguiram-se embargos de declaração e embargos infringentes opostos pela defesa, os primeiros julgados em 27/07/2009, os

HC 100.989 / SE

segundos pendentes de julgamento na data desta impetração;

f) sobreveio, em 01/09/2010, sentença condenatória (informação obtida no site do TJ/SE).

3. É que, via de regra, é garantido ao réu o direito de recorrer em liberdade (art. 387, p. u., CPP: “O juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento da apelação que vier a ser interposta”), só podendo ser imposta ou mantida prisão processual na sentença caso presentes os requisitos previstos no art. 312 do CPP.

4. Deveras, acaso o decreto condenatório padeça de vício, por eventualmente determinar prisão em desacordo com o ordenamento positivo, deverá ser atacado pela via própria, sob pena de supressão de instância.

5. *Habeas corpus* a que se julga prejudicado.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): Anoto inicialmente o desentranhamento das peças protocoladas pelo assistente de acusação, consoante certidão de fl. 391.

Os impetrantes alegam excesso de prazo no *iter* recursal, afirmando que a defesa não deu causa a esse retardamento, notadamente no que atine à demora nos julgamentos dos embargos de declaração e dos embargos infringentes, ambos interpostos contra o acórdão proferido em recurso em sentido estrito, o primeiro julgado em 27/09/2009 e o segundo pendente de julgamento quando da data desta impetração.

HC 100.989 / SE

A prisão cautelar do paciente foi efetivada em 20/04/2007, e mantida na sentença de pronúncia, que data de 12/02/2008, por persistirem as razões da decretação.

Sucederam-se, conforme mencionado, recurso em sentido estrito, interposto em 06/03/2008 e julgado em 29/07/2008; embargos de declaração, opostos em 05/08/2008 e julgados em 27/07/2009, e embargos infringentes, pendentes de julgamento na data desta impetração.

Em consulta feita no *site* do Tribunal de Justiça de Sergipe, observo que o paciente foi condenado pelo Tribunal do Júri em 1º de setembro de 2010, interpondo recurso de apelação no dia 20 do mesmo mês.

Não há informações de que lhe tenha sido negado o direito de apelar em liberdade. Caso isso tenha ocorrido, far-se-ia necessário analisar o novo título da prisão cautelar para saber se foram agregadas novas razões para mantê-la.

Portanto, a alegação de excesso de prazo da instrução criminal restou prejudicada, em razão do superveniente julgamento pelo Tribunal do Júri, consoante entendimento pacificado nesta Corte:

“DIREITO PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA E REEXAME DA PROVA. EXCESSO DE PRAZO NA PRISÃO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. NÃO CONHECIMENTO. 1. As questões de direito tratadas nos autos deste *habeas corpus* dizem respeito ao alegado excesso de prazo de prisão processual dos pacientes, à falta de fundamentação no decreto de prisão e à ausência de prova de autoria. 2. Esta Corte tem entendido que 'a superveniência de sentença penal condenatória que agrega nova fundamentação jurídica à constrição cautelar dos pacientes prejudica o exame do

HC 100.989 / SE

alegado excesso de prazo na formação da culpa' (HC 90.407/MG, rel. Min. Carlos Britto, 1ª Turma, DJ 11.04.2008). No mesmo sentido: HC 84.077/BA, rel. Min. Gilmar Mendes, DJ 03.09.2004; HC 69.448/MS, rel. Min. Celso de Mello, DJ 17.11.2006. 3. Os pacientes permaneceram presos durante toda a instrução, eis que presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, quadro que se mostrou inalterado com a prolação da sentença condenatória. 4. As alegações relacionadas à ausência de prova de autoria dos fatos nas pessoas dos pacientes, da mesma forma, não têm como ser conhecidas em sede de *habeas corpus*, eis que envolveriam o exame do conjunto fático-probatório, incabível na via estreita do *writ*. Como já decidiu esta Corte, a alegação de ausência de indícios suficientes de autoria envolvem reexame de prova, o que é inviável em *habeas corpus* (HC 88.533/SP, rel. Min. Eros Grau, DJ 08.09.2006). 5. *Habeas Corpus* não conhecido." (HC 90025/SP, Rel. Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, DJe de 24/10/2008)

"HABEAS CORPUS. PRISÃO EM FLAGRANTE. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. CONSTITUIÇÃO DE NOVO TÍTULO PARA A NECESSIDADE DA CUSTÓDIA DOS PACIENTES. 1. A superveniência de sentença penal condenatória que agrega nova fundamentação jurídica à constrição cautelar dos pacientes prejudica o exame do alegado excesso de prazo na formação da culpa. Precedentes: HCs 82.056-QO e 69.448, Ministro Celso de Mello; HC 80.776, Ministro Ilmar Galvão; HC 81.729, Ministro Maurício Corrêa; Hcs 83.090 e 82.902, Ministra Ellen Gracie; HC 86.753, Ministra Cármen Lúcia; HC 88.292, Ministro Eros Grau; RHC 84.994, Ministro Gilmar Mendes; e HC 85.292-AgR e 90.258, de minha relatoria. Precedentes: 2. *Habeas Corpus* prejudicado." (HC 90407/MG, Rel. Min. Carlos Britto, Primeira Turma, DJe de 11/04/2008)

"HABEAS CORPUS' – CRIMES DE TRÁFICO DE

HC 100.989 / SE

ENTORPECENTES E DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO (LEI 6.368/76, ARTS. 12 E 14) – PRISÃO EM FLAGRANTE – ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA DO PACIENTE – SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA – NOVAÇÃO DO TÍTULO JURÍDICO LEGITIMADOR DA PRISÃO CAUTELAR DO PACIENTE – PREDIDO PREJUDICADO. (HC 69448/MS, Rel. Min. Celso de Mello, Primeira Turma, DJ de 17/11/2006)

Ementa: HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. DECISÃO DE PRONÚNCIA QUE REITERA FUNDAMENTOS DA PRISÃO PREVENTIVA ANTERIORMENTE DECRETADA. LEGITIMIDADE. PRISÃO POR GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E PARA ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. POSSIBILIDADE. EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA. I – Prisão cautelar, mantida na sentença de pronúncia, que se mostra suficientemente motivada pela necessidade de assegurar a aplicação da lei penal, para a garantia da instrução criminal e preservação da ordem pública, ante a periculosidade do paciente, verificada pela gravidade em concreto do crime, e pelo *modus operandi* com que foi praticado o delito. Precedentes. II – Além disso, o paciente restou condenado à pena de doze anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime de homicídio qualificado pelo recurso que dificultou a defesa do ofendido (art. 121, § 2º, IV, do CP), sendo mantida a sua custódia, pelos mesmos motivos. III – **Superada**, também, a alegação de excesso de prazo da prisão cautelar, que, agora, tem o seu fundamento reforçado pela prolação de sentença condenatória, não havendo, nos autos, qualquer indício de que a ação penal tenha ficado paralisada por culpa do Poder Judiciário, ou qualquer outro motivo injustificado. IV – Ordem denegada.

(HC 101230, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Primeira Turma, julgado em 23/11/2010,

HC 100.989 / SEDJe-240 DIVULG 09-12-2010 PUBLIC 10-12-2010 EMENT
VOL-02448-01 PP-00042)

É que, via de regra, é garantido ao réu o direito de recorrer em liberdade (art. 387, p. u., CPP: *“O juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento da apelação que vier a ser interposta”*), só podendo ser imposta ou mantida prisão processual na sentença caso presentes os requisitos previstos no art. 312 do CPP.

Caso o decreto condenatório padeça de vício, por determinar prisão em desacordo com o ordenamento positivo, deve ser atacado pela via própria, sob pena de supressão de instância. Noutras palavras, não se pode pretender que o Supremo Tribunal Federal analise os fundamentos que eventualmente levaram o juízo de primeiro grau, quando da prolação da sentença, a manter a prisão do paciente, uma vez que tais motivos não foram apreciados pelos Tribunais inferiores.

Ante o exposto, julgo prejudicado o presente *writ*, na forma do art. 659 do CPP (*“Se o juiz ou o tribunal verificar que já cessou a violência ou coação ilegal, julgará prejudicado o pedido”*).

É como voto.

24/05/2011**PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 100.989 SERGIPE**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Presidente, peço vênia ao relator para divergir. Não posso considerar sentença que não conheço no tocante aos termos, muito menos para presumir que surgiu um título novo. Não posso conceber que uma sentença ainda não transitada em julgado leve à execução da pena.

O que surge, salta aos meus olhos, é que esse paciente está preso; preventivamente, há quatro anos. Se não reconhecermos excesso de prazo nessa situação, não sei em que situação vamos reconhecer.

Por isso, peço vênia ao relator para não concluir pelo prejuízo do *habeas*, mesmo porque o novo título não foi juntado ao processo para saber se surgiu, a teor do disposto no parágrafo único do artigo 387 do Código de Processo Penal, nova base a justificar a prisão preventiva. Concedo a ordem ante o excesso de prazo.

24/05/2011**PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 100.989 SERGIPE****VOTO****O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:**

Pergunto ao eminente Relator: a sentença que Vossa Excelência disse ter obtido...

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – No sítio do Tribunal, mas Sua Excelência não conhece os termos.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR) - Ele foi recorrendo de tudo.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Aplicou qual pena?

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (PRESIDENTE) - É que Vossa Excelência considerou que a demora, inclusive, se devia em parte ao próprio...

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR) - É porque o **habeas corpus** originário foi pela ausência de duração razoável do processo.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (PRESIDENTE) - Do próprio processo. E Vossa Excelência disse que houve, ele mesmo é que...

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR) - E aí eu comprovei que o processo seguiu naturalmente, ele interpôs uma série de recursos e, depois, eu obtive, no *site* do Tribunal de Justiça de Sergipe, que já adveio, inclusive, a sentença condenatória. Quer dizer, a **causa petendi** do **habeas corpus** foi a duração irrazoável do processo.

HC 100.989 / SE

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (PRESIDENTE) - Do próprio processo.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – A essa altura, poderíamos presumir que a sentença condenatória transitou em julgado e já se tem também a execução. Podemos presumir? Não.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR) - Não.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Como também não podemos presumir que essa sentença trouxe fundamento novo, que poderia trazer, inclusive com eficácia de afastar do cenário jurídico o excesso de prazo. É essa a finalidade do parágrafo único do artigo 387 do Código de Processo Penal. Não conhecendo os termos da sentença, como vou considerá-la?

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR) - Deixe-me ver se eu tenho algum elemento.

Vossa Excelência não queria pedir vista, só para, eventualmente,...

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Não. Eu vou pedir vênia a Vossa Excelência e acompanhar a divergência.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (PRESIDENTE) - A divergência do Ministro Marco Aurélio.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Porque, mesmo já tendo havido sentença, muitas vezes pode ocorrer até de já haver a possibilidade de progressão de regime. E quatro anos para prisão provisória, realmente, é algo que podemos analisar como excesso de prazo.

24/05/2011**PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 100.989 SERGIPE****DEBATE**

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR) - Em confronto com o crime, esses quatro anos certamente representam o **minus**, em confronto com, digamos assim, a possibilidade de apenação pela fixação mínima dos crimes cometidos: homicídio qualificado e porte de arma. Sem prejuízo de ele ter várias interrupções de prazo prescricional.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Como interrupção? Quanto ao prescricional, sim. Agora, quanto ao excesso, não há fator interruptivo, porque, quando a Constituição preconiza que o processo deve ser solucionado em tempo razoável, pressupõe-se o fim do processo.

Prescrição, sim, mas não estamos cogitando de prescrição.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR) - Eu sei. Agora, veja o seguinte, Ministro Marco Aurélio. Eu procurei ser minucioso. Ele teve a prisão preventiva em 19 de abril de 2007. Foi renovada essa prisão preventiva em 12/02/2008 com a pronúncia. A defesa interpõe recurso em sentido estrito.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Não é fator interruptivo do excesso de prazo.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR) - Ele está só protelando. Interpõe recurso em sentido estrito, sobrevivendo desprovimento em 29 de julho de 2008.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Não, Excelência. É o exercício do direito de defesa. O Estado não pode dar com uma das mãos e tirar com a outra.

HC 100.989 / SE

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR) - Mas a parte não pode alegar a própria torpeza. Ela vai recorrer sem parar e o processo vai demorando.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Inverte-se a ordem natural das coisas: prende-se para depois apurar-se. E, então, não se reconhece o excesso de prazo da prisão porque a parte utilizou o instrumental de defesa previsto na legislação de regência!

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR) - Não. Não. Veja o seguinte: O processo está tendo uma duração razoável. Ele disse que não era razoável.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – O que digo é que não surge razoável manter alguém, sem culpa formada, preso preventivamente – porque a liberdade não se devolve, caso venha a reforma do título condenatório – durante quatro anos.

24/05/2011

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 100.989 SERGIPE

VOTO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Vou pedir
vênia para acompanhar o Relator.

Eu tenho me pronunciado reiteradamente nesse sentido. Dentro das
circunstância, eu penso que os prazos processuais, embora dilatados, não
fogem daquilo que comumente se vê no meio forense.

24/05/2011

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 100.989 SÉRGIO

VOTO

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (PRESIDENTE) -
Também peço vênias ao Ministro Marco Aurélio e ao Ministro Dias Toffoli
para acompanhar o Relator, uma vez que, como por ele demonstrado, o
não término do processo se deve, em parte, à própria atuação do paciente.

XXXX

PRIMEIRA TURMA**EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 100.989**

PROCED. : SERGIPE

RELATOR : MIN. LUIZ FUX

PACTE.(S) : PABLO FIGUEIRÊDO DE VASCONCELOS

IMPTE.(S) : EVÂNIO JOSÉ DE MOURA SANTOS

COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Por maioria de votos, a Turma julgou prejudicada a ordem de habeas corpus, nos termos do voto do Relator, vencidos os Senhores Ministros Marco Aurélio e Dias Toffoli. Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. 1ª Turma, 24.5.2011.

Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli e Luiz Fux.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot.

Carmen Lilian
Coordenadora